

## RESOLUÇÃO CNS Nº 413 , DE 12 DE FEVEREIRO DE 2009.

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Centésima Nonagésima Quarta Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2009, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e

considerando a competência da direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS de formular, avaliar e elaborar normas de políticas públicas de saúde;

considerando as deliberações da 12ª e 13ª Conferências Nacionais de Saúde;

considerando as deliberações da 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica – Efetivando o acesso, a qualidade e a humanização na Assistência Farmacêutica, com controle social, realizada no período de 15 a 18 de setembro de 2003;

considerando a Resolução CNS nº 338, de 06 de maio de 2004, que estabelece a “Política Nacional de Assistência Farmacêutica”.

Resolve:

Art. 1º Na consecução de suas competências, especificamente em relação à Assistência Farmacêutica, tornar pública a Comissão Permanente de Assistência Farmacêutica – CPAF, criada em sua 191ª Reunião Ordinária, de 11 e 12 de setembro de 2008.

Art. 2ª Instituir a Comissão Permanente de Assistência Farmacêutica – CPAF, com a seguinte composição:

I – Coordenação – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social/Central Única dos Trabalhadores - CNTSS/CUT

II – Coordenação Adjunta – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB.

III – Titulares:

a) um representante da Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO.

b) um representante da Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes – FENAD.

c) um representante da Associação Brasileira de Autismo – ABRA.

d) um representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

e). um representante da Associação Brasileira de Odontologia – ABO.

f) um representante das Entidades Médicas (CFM, AMB, FENAM).

g) um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS.

h) um representante do Conselho Federal de Farmácia – CFF.

i) um representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR.

j) um representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

k) um representante do Ministério da Saúde – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – Departamento de Assistência Farmacêutica – DAF/SCTIE/MS.

l) um representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS.

m) um representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS.

n) um representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

IV – Suplentes:

a) um representante do Movimento Negro.

b) um representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP.

c) um representante da Associação Brasileira de Alzheimer – ABRAZ.

d) um representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

e) um representante da Associação Brasileira de Terapia Ocupacional – ABRATO.

f) um representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP.

g) um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS

h) um representante da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA.

i) um representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR.

j) um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social /Central Única dos Trabalhadores - CNTSS/CUT

k) um representante do Ministério da Saúde – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – Departamento de Assistência Farmacêutica – DAF/SCTIE/MS.

l) um representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS.

m) um representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS.

n) um representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Art. 3º Serão convidados representantes de instituições, das entidades e de áreas do Ministério da Saúde, com atuação respectiva as temáticas tratadas por esta Comissão e que sejam imprescindíveis para o andamento dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**FRANCISCO BATISTA JÚNIOR**  
Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 413, de 12 de fevereiro de 2009, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

**JOSÉ GOMES TEMPORÃO**  
Ministro de Estado da Saúde